O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE

Plano de Governo de

José Ivo Sartori e José Paulo Cairoli.

Coligação

- PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC -

Julho de 2014

Este documento de plano de governo, elaborado de acordo com as exigências da legislação eleitoral, não deve ser visto somente como o cumprimento de uma formalidade legal. Ele é também o termo de referência do que nossa coligação tem por objetivo realizar. Nele são apresentadas as diretrizes mais gerais que deverão orientar nossa ação comum já desde a campanha e, depois, na ação de governo. Embora aproveite o patrimônio programático e a experiência administrativa do PMDB e dos demais partidos da coligação, não é um documento acabado ou definitivo: é um texto oferecido para o exame e a reflexão de todos, aberto a críticas, acréscimos e emendas. Para cumprir essa tarefa precisaremos estar atentos às diferentes vozes e demandas dos gaúchos e de nossas regiões.

Nossas primeiras palavras dirigem-se, portanto, às lideranças, aos militantes e aos simpatizantes de nossa aliança que, por todos os quadrantes do Estado, ouvem os reclamos mais sentidos de nossa sociedade. O profundo enraizamento social de nossas agremiações, suas histórias de lutas pelos interesses de nossa coletividade, assim como a grande experiência administrativa do PMDB, representam o alicerce político, a sólida base social sem os quais toda ação de governo é instável e precária. Sem experiência administrativa, sem estabilidade política, sem sustentação social nenhum governo é capaz de desenvolver e implementar políticas públicas consequentes.

Da contribuição de todos resultará uma linha de ação que queremos sintonizada com as necessidades e as oportunidades abertas aos rio-grandenses, pois não pretendemos expressar tão só interesses de grupos ou de parcelas da sociedade, por legítimos que sejam, mas almejamos expressar os sentimentos e as aspirações mais profundos de todos os gaúchos.

O diálogo, a reflexão e o esforço comum que servirão de base para a campanha e para o governo se baseiam nessas diretrizes gerais. Adiante, no curso da disputa eleitoral, e, depois, quando da preparação e organização do Governo,

outros documentos detalharão os problemas e e as linhas de política pública aqui programaticamente apresentados.

O texto a seguir compõe-se de sete partes. Na primeira, examinamos o caráter oportuno, a força e as motivações da coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC e indicamos os objetivos mais gerais da caminhada que estamos iniciando. Na segunda, apresentamos os problemas e desafios que a economia gaúcha tem pela frente, assim como a avaliação que fazemos das potencialidades de nosso Estado e das oportunidades que nos são oferecidas nesta segunda década do século XXI. Na terceira, expomos as idéias que norteiam nossa concepção de desenvolvimento regional, cuja marca é o compromisso de fazer um governo que trabalhe *com e para* as regiões do Estado. Na quarta parte, discutimos as condições em que se encontram o Governo e o Setor Público, notadamente com relação aos grandes serviços da área social, e indicamos as tarefas prioritárias para a melhoria e, em alguns casos, para recomposição de sua capacidade de ação. Na quinta parte, tratamos dos problemas e necessidades da infraestrutura estadual. Na sexta parte, apresentamos nossa visão da situação das contas públicas estaduais e das iniciativas que precisam ser tomadas para conter o agravamento de seu desequilíbrio e paulatina recuperação da capacidade de investimento do setor público. Na sétima, finalmente, apresentamos as diretrizes gerais para uma nova política cultural para o RS.

1- UMA ALIANÇA PELA MUDANÇA: PELA INTEGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO NOVO CICLO HISTÓRICO CUJO INÍCIO SE AVIZINHA.

Neste momento, tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul enfrentam uma situação complexa e desafiadora. Tudo indica que estamos diante do esgotamento de um ciclo político e que o desenvolvimento do país e do Estado requerem profundas mudanças.

O Brasil experimentou importantes avanços nos últimos 30 anos: o processo de redemocratização liderado, não será demais lembrar, pelo MDB; o controle da inflação; a adoção de novos e mais produtivos padrões de distribuição de encargos entre os setores público e privado na prestação dos grandes serviços públicos; e, mais recentemente, a incorporação de um grande contingente de brasileiros a condições de vida mais dignas, a que se tem denominado de criação de uma nova classe média. A despeito disso, a verdade é que o desvirtuamento do sistema de representação política ocorrido nos últimos anos impõe inadiavelmente uma mudança de lideranças e de direção.

Quando o objetivo estratégico principal dos governantes torna-se a perpetuação das forças que estão no poder, quando os recursos para consecução desse objetivo são a transformação de importantíssimas áreas da administração pública em moeda de troca para a garantia de apoios políticos, quando, para consecução desse mesmo objetivo, admite-se até mesmo as ecandalosas iniciativas de venalização das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo que ficaram conhecidas como o "Mensalão" torna-se gritante e imperiosa a necessidade de mudança. Além disso, o retorno de pressões inflacionárias e um a cada dia mais insuportável bloqueio do desenvolvimento do país pela insuficiência e precariedade de nossos grandes serviços de infra-estrutura são também fatores que poderosa e justificadamente alimentam o desejo e as forças mudancistas.

É verdade que esses fatos geraram na sociedade brasileira, além da insatisfação e mesmo da revolta, um grande descrédito na política e nos políticos. Contudo, essa maneira de posicionar-se diante das dificuldades atuais, a crítica que amalgama a censura das lideranças à desmoralização das instituições evidentemente não é solução para nada e, por isso, tem como utilidade apenas a de fazer com que o país se dê conta dos graves problemas que o afligem e da imperiosa necessidade de mudança. Par andarmos à frente é indispensável, porém, compreender que não há solução para os problemas de uma sociedade

que possa se fazer ao largo da política e alheia ao modo como o poder político é exercido. Desesperar da política é entregar-se à anarquia ou fomentar a nostalgia pelos regimes autoritários. O necessário é não esquecer que há boa e má política e que a responsabilidade dos cidadãos é saber escolher entre esses dois caminhos, embora sabendo que não há obra humana sem falhas.

Não há dúvida de que o Brasil e o Rio Grande do Sul têm a sua frente oportunidades históricas inéditas, um amplo leque de condições promissoras e circunstâncias favoráveis que podem nos levar não só a novos patamares de desenvolvimento econômico, mas à criação de uma sociedade mais próspera, equilibrada e justa.

No entanto, sem a alteração do modo de fazer política hoje predominante, sem um compromisso rigoroso e sem concessões de partidos e governantes com o interesse público, sem a adoção de práticas de governo estritamente respeitadoras não apenas da legalidade mas também da moralidade dos atos de governo não reencontraremos o ambiente de tranquilidade e confiança que é indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável, para a promoção social e, assim, para a prosperidade de nosso país e de nosso Estado.

Estes são elementos que não por tratarem de mudanças de condutas e de providências institucionais deixam de ser condições objetivas que subjazem ao descontentanto dos brasileiros em geral e dos gaúchos em particular nos dias que vivemos. Os riograndenses estão prontos a apoiar a quem se disponha a enfrentar o desafio das mudanças de atitude e de comportamento sem otimismo fácil, sem espírito de seita, sem promessas irresponsáveis ou personalismos midiáticos. Por esta razão nos empenhamos em ter uma visão clara dos problemas econômicos e sociais a enfrentar, dos caminhos políticos e institucionais a seguir. Não o fazemos levianamente, mas confiantes na base política em que assentamos nossa proposta: a da seriedade comprovada na experiência administrativa e na capacidade de

governar com iniciativa e com o compromisso com os interesses do Rio Grande de que o PMDB gaúcho tem dado repetidas provas ao longo de sua história. É essa base que nos permite não apenas anunciar mudanças, mas dizer em que direção mudar, o que mudar e o modo de fazê-lo.

É, pois, no empenho para darmos esse passo novo e, ao fazê-lo, mais uma vez esposarmos os sentimentos e expectativas mais de fundo dos gaúchos, que estruturamos o projeto político de nossa coligação, assim como do Governo que pretendemos conquistar e administrar.

Para esclarecer o sentido da mudança que é indispensável fazer, é conveniente começar pela explicitação dos pressupostos e implicações políticas que a caracterizam. E é com este ponto que daremos início à apresentação de nossa proposta.

A alternância regular do exercício do poder político, associada à limitação do tempo de seu exercício por meio dos mandatos, é talvez a maior das virtudes da forma democrática de governo. Isso não quer dizer que a continuidade político-administrativa seja em todos os casos maléfica. No entanto, quando o exercício do poder político se divorcia das expectativas dos cidadãos e contrapõe-se ao sentimento majoritário da opinião pública, não há dúvida que é chegada a hora de mudar.

Isto é o que vemos hoje em nosso Estado e no Brasil. Não se trata de negar os avanços sociais e econômicos dos últimos anos, mas de entender que tais progressos, além de resultarem de um esforço que não têm dono, porque é de toda a sociedade brasileira, está batendo em seus limites. A verdade é que tais avanços têm sido acompanhados por um custo institucional que ameaça o próprio reconhecimento da democracia como a única forma de governo aceitável em países politicamente maduros e esclarecidos. O profundo desgaste da imagem dos

poderes Legislativo e Executivo alimenta não só os repetidos e radicalizados protestos que por várias vezes têm tomado conta do país, mas também a perniciosa fantasia de que é possível ter uma sociedade sem Estado e sem Governo.

Por essa razão resgatar a política como única forma de conduzir democraticamente o desenvolvimento torna-se uma prioridade. Para tanto é preciso reconhecer que há boa e má política e que a escolha de quem possa representar a boa política deve ser a mais urgente e importante de nossas prioridades.

No entanto, a mudança que precisamos não se reduz à simples troca dos dirigentes mas exige, no plano institucional, um compromisso sério com a reforma política. No plano das políticas de desenvolvimento, é preciso reconhecer que enfrentar as carências de infraestrutura é uma necessidade inadiável. Esta prioridade não é só compatível, mas indispensável para a continuidade do desenvolvimento social, uma vez é evidente e que o processo de desenvolvimento do país está em grande parte travado pelos problemas de competitividade decorrentes de nossa precária logística de transportes, dos gargalos de mobilidade urbana a cada dia mais graves, assim como do retardo dos investimentos necessários à expansão da infra-estrutura energética do país.

Essa prioridade a ser atribuída à modernização da infraestrutura nacional e estadual, convém repetir, não conflita com o desenvolvimento social, uma vez que se a economia não avança se presa nos gargalos da infraestrutura insuficiente, não é menos verdade que os ganhos de produtividade dependem criticamente de avanços não só da educação, mas das condições de saúde da população, assim como da garantia de boas condições de vida para o maior contingente possível de cidadãos. E tampouco haverá verdadeiro desenvolvimento se não se restabelecer uma situação de tranquilidade e confiança na comunidade brasileira, clima

profundamente prejudicado pela terrível situação de insegurança pessoal e patrimonial em que hoje se encontram os brasileiros, nosso Estado, infelizmente, não fazendo exceção neste quadro lamentável.

Estes pontos todos fazem parte da caracterização do momento histórico por que passa atualmente o Brasil. Entendemos indispensável retratá-lo, ainda que em grandes linhas, porque este é o quadro em que, queiramos ou não, encontra-se inserido o nosso Estado. É por essa razão que a oferta aos riograndenses de uma candidatura ao governo do Estado, como a representada por José Ivo Sartori e seu programa de Governo não podem deixar de sustentar que a alternância nas forças políticas que conduzem o país é uma prioridade nacional. Uma prioridade que envolve o apoio incondicional à urgente reforma política e, no plano estadual, o compromisso inegociável com uma administração séria e transparente. São estas mesmas razões que, a nível nacional, nos levam a ver com simpatia a opção representada pela candidatura de Eduardo Campos.

A opção que ele representam é a de uma mudança que, se atenta à preservação dos avanços sociais alcançados nos úlitimos anos, entende como prioritário uma mudança profunda no modo de fazer política, uma mudança que envolva mais seriedade no trato das ameaças inflacionárias, mais seriedade e profissionalismo na gestão dos ministérios e das empresas estatais, melhor compreensão de que uma resposta pronta para a inadiável expansão da infraestrutura do país só pode ser feita mediante uma colaboração mais estreita e rápida com o setor privado, assim como a consciência não menos enfática de que só teremos um verdadeiro desenvolvimento se ele for sustentável.

No plano estadual, além dessas razões mais gerais que justificam, neste momento, a luta pela alternância no poder, embasam a proposta de governo e de renovação a ser conduzida pela coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC um conjunto de razões mais específicas ligadas à situação em que se

encontra a economia de nosso Estado, ao modo como estão sendo prestados os grandes serviços públicos – seja os da área social, seja os de infraestrutura –, assim como aos problemas recorrentes e críticos das finanças estaduais. Na sequência deste documento trataremos de retratar concisamente o modo como vemos a situação em cada uma dessas frentes e as diretrizes gerais que, em cada uma delas, orientarão nossa campanha e, posteriormente, com os ajustes e aprofundamentos devidos, a ação de nosso governo.

2- OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO E A INOVAÇÃO.

a] A modernização e a diversificação da base produtiva do estado.

Muito embora em vários momentos do passado recente tenham sido feitos diagnósticos de que a economia estadual encontrava-se em seu limite, tendendo a perder progressivamente sua posição destacada no contexto da economia nacional, a verdade é que os avanços do Paraná e, na frente agrícola, das novas regiões de grande produção de grãos no Centro-Oeste não foram capazes de deslocar nossa economia da quarta posição na comparação interestadual nacional, nem nos afastaram da disputa pela terceira posição no ranking dos estados exportadores. A verdade é que a economia gaúcha é forte e diversificada. Temos um agronegócio pujante, uma agricultura familiar produtiva, uma indústria importante, com grande destaque para o setor metal-mecânico, serviços modernos, uma rede de boas universidades que estão a criar as bases para parques tecnológicos, como se vê no TECNOPUC e no TECNOSINOS.

No entanto, seria um ufanismo irresponsável desconhecer que a despeito dessa força e da resiliência de nossa base econômica não temos problemas nem novos desafios a vencer. O grande impacto negativo sofrido pela indústria calçadista do Vale dos Sinos por força da produção de calçados na China e em outros países da Ásia é uma evidência inquestionável dos riscos a que está

exposta a base industrial do Estado. A forte concorrência internacional é um limitador também evidente para o pleno florescimento da vitivinicultura do Estado, agravado, como se sabe, pela forte apreciação do real. A interrupção e o atraso dos grandes investimentos para a produção de celulose é outra evidência no mesmo sentido, assim como também o é o fato de que a despeito de ter havido nos últimos 5 anos um novo ciclo de investimentos na indústria automobilísitica do país em nenhum caso o Rio Grande do Sul foi considerado como uma oção verdadeiramente séria. Também no caso da produção agropecuária, malgrado se vejam auspiciosas iniciativas de expandir as práticas de irrigação na produção graneleira, a verdade é que o caminho a ser trilhado nesta direção é longo e que continuamos gravemente dependentes das e vulneráveis às variações das condições climáticas**.** Além disso, nossa capacidade de absorver e criar tecnologias de ponta para os processos produtivos típicos da economia contemporânea é ainda incipiente. Em função de todas estas limitações não surpreende que a participação da economia gaúcha na economia brasileira tenha decrescido entre de 6,94% em 2000 para 6,36% em 2011, queda que dá continuidade a uma tendência, só ocasionalmente infletida, de redução do peso da economia riograndense na economia nacional. Essa tendência negativa, embora não tenha grande aceleração, é obviamente um motivo de preocupação para quem quer que acompanhe responsavelmente os vetores de crescimento da econômica estadual em comparação com a nacional.

Nessas circunstâncias, sem cair em considerações simplistas e simplórias sobre o antagonismo entre as cadeias produtivas tradicionais do Estado e a busca de diversificação de nossa base econômica, parece evidente que o Governo Estadual, com determinação e energia, precisa fazer tudo que estiver a ser alcance – o uso do FUNDOPEM, das demais opções de política tributária, das políticas de crédito do BANRISUL e do BADESUL, para citar somente os instrumentos mais conhecidos – para dar sustentação e fortalecer o agro-negócio e a agricultura familiar do Estado, assim como para apoiar nossa indústria tradicional.

Mas não é menos importante reconhecer a necessidade de incentivar e lutar pela diversificação de nossa base industrial e isso envolve desenvolver uma política ativa de atração de investimentos. Nessa frente o caso mais fácil de entender é o da indústria automotiva, com relação a cuja recente grande expansão a participação de nosso Estado, como aludido acima, foi nula, como se o clamorso caso da perda do grande investimento da FORD não fosse uma lição a não ser esquecida.

Há, no entanto, vários outros desafios e oportunidades que estamos a desperdiçar, pois não se vê traço de esforço para integrar a indústria metal mecânica do Estado na cadeia de suprimento do polo naval. Também não há sinergia alguma entre inciativas do poder público estadual com os esforços de geração de parque tecnológicos desenvolvidos pelas Universidade gaúchas. O aproveitamento das grandes jazidas de carvão do Estado encontra-se ainda bloqueado não obstante a óbvia conveniência de diversificação da matriz energética do país decorrente da instabilidade climática e dos recorrentes períodos de grandes secas.

Estes são todos exemplos claros de importantes áreas em que é necessário avançar e com relação às quais avulta a omissão ou o escasso alcance das iniciativas do atual governo. Uma outra frente de iniciativas diz respeito a inovações na pecuária, especialmente bovina, cuja larga fronteira de aumentos de produtividade continua inexplorada, a despeito do forte incremento da demanda mundial de proteína animal e da clareza dos bons resultados que se encontram entre alguns poucos produtores inovadores.

b] Os desafios da Inovação em uma Economia de Transição.

A economia rio-grandense, convém repetir, deve diversificar sua matriz produtiva, incorporando novas áreas de atividade com produtos de maior valor

agregado, intensivas em vantagens competitivas não naturais, atentas ao uso de conhecimento e tecnologias de ponta.

A matriz tradicional da economia gaúcha está diante do desafio de aumentar sua eficiência e produtividade, seja aprimorando seus processos de produção e gestão, seja criando novos produtos que incorporem tecnologias avançadas, seja ainda buscando novos mercados. As vantagens competitivas naturais, que no passado sustentaram o dinamismo da economia tradicional do estado, são hoje de todo insuficientes.

Todos esses movimentos voltados para os diferentes setores da economia estadual supõem a *incorporação ativa de uma cultura de inovação* pelas lideranças públicas e empresariais, bem como por amplos setores da população.

O papel do Governo do Estado nesse processo de reestruturação, reconversão, fortalecimento e diversificação de nosso parque produtivo será decisivo nas seguintes frentes:

i) atuar de maneira consequente na melhoria de nossa infraestrutura;
ii) promover a formação intensiva de mão de obra com os diferentes níveis de qualificação;
iii) estimular a produção e a difusão de pesquisas científicas e novas tecnologias e
iv) apoiar de maneira continuada a atração de novas empresas que contribuam para a diversificação de nossa matriz econômica.

Nesses procedimentos, *a atenção equânime às necessidades e potenciais de nossas diferentes regiões* é indispensável para o sucesso das ações de governo. Mas não menos importante, seja pelos resultados, seja pelo exemplo, é a adoção sistemática, generalizada e visível – mesmo que gradativa – de *novas*

práticas de planejamento e gestão pela administração pública estadual – em outras palavras, *a incorporação efetiva de uma cultura de inovação na gestão dos assuntos públicos.* Na etapa de transição em que se encontra a economia gaúcha, o desafio do setor privado e do setor público do estado**,** *é adotar e disseminar uma cultura de inovação.*

Assim, uma política de inovação que pretenda ter impacto sobre as diferentes regiões e áreas da economia estadual deve, necessariamente, *identificar* com precisão *os ritmos de inovação* (ritmos de implantação) requeridos para cada setor e região, *as etapas* que primeiro devem ser implementadas (qualificação de pessoal, processos de gestão e produção, produtos, etc.) e, finalmente, *os programas de espectro e efeito mais geral* (apoio a pesquisadores e instituições de pesquisa, formação de mão de obra com qualificação tecnológica, estímulos à integração universidade-empresa, criação de incubadoras e parques tecnológicos, linhas de financiamento, etc.), dedicados ao fortalecimento de uma infraestrutura institucional, de recursos humanos e de conhecimentos.

O ponto de partida da nova Política Estadual de Inovação são as práticas, projetos e resultados relevantes já existentes no Rio Grande do Sul e no país**.** Exemplares, nesse sentido, são iniciativas como o TECNOPUC (e que já abriga empresas de tecnologia da informação, energia, meio ambiente, ciências da vida e indústria criativa), o TECNOSINOS, o VALETEC (Universidade Feevale), o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade- PGQP, a Universidade Sebrae, os Polos Tecnológicos da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, os cursos tecnológicos da UERGS, entre muitas outras. Todas elas devem ser levadas conta, apoiadas e desenvolvidas.

Neste contexto, merece especial atenção o TECNOPUC, que tem se dedicado a atrair empresas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para trabalhar em parceria com a Universidade; promover a criação e o desenvolvimento de

novas empresas de base tecnológica; atrair projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em geral; estimular a inovação e a interação empresas-Universidade; gerar uma sinergia positiva entre o meio acadêmico e o empresarial e atuar de forma coordenada com as esferas governamentais municipal, estadual e nacional. Esta experiência pode ser uma referência importante na reestruturação das unidades de pesquisa e transferência de tecnologia existentes no âmbito da administração estadual, como é o caso do CIENTEC.

Outro pressuposto decisivo diz respeito à formação permanente de mão de obra qualificada, nos diversos níveis demandados (lideranças empresariais, gestores públicos, pesquisadores, engenheiros, administradores, gerentes, trabalhadores de variada qualificação técnica, etc.) como parte *fundamental da nova política estadual de inovação* na escala da empresa individual, do setor produtivo, tanto local como regionalmente. A aplicação desta diretriz exige a formação de parcerias com instituições privadas, incumbidas da representação empresarial, tais como FIERGS, FARSUL, FEDERASUL, OCERGS, Universidades, entre outras.

Por último, mas não menos importante, o Rio Grande do Sul precisa dispor de uma *estrutura de difusão de bons resultados e melhores práticas*, capaz de disseminar informações capazes de promover a adoção de atitudes e modelos de inovação bem sucedidos.

Todos esses aspectos devem ser considerados na necessária valorização e fortalecimento da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e dos órgãos de pesquisa e fomento a ela vinculados (*Cientec, Fapergs e Uergs).*

Além disso, é preciso reconhecer o importante papel que a nova Lei Estadual de Inovação poderá desempenhar em uma política estadual de inovação, colocando-a e efetivamente em prática, em uma escala significativa.

3- O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL EQUILIBRADO.

As considerações que acabam de ser feitas sobre a situação da economia estadual precisam ser complementadas, porém, com uma visão mais determinada com relação as questões relativas à geografia econômica do Estado e dos mecanismos institucionais necessários para ter uma política responsável com relação às questões de organização da base territorial do desenvolvimento estadual.

Com relação a esta problemática, a primeira observação a fazer é que o Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas, de que os COREDES são a maior expressão. Estão dadas, portanto, pelo menos parte das pré-condições institucionais necessárias para a incrementar a regionalização de atividades do Governo do Estado.

Na verdade, o desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite tanto identificar com maior precisão as oportunidades e potenciais regionais para impulsionamento do desenvolvimento do conjunto do Estado quanto desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades das várias regiões. A regionalização favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de

estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e cidadãos concernidos.

Diferentemente, porém, de outras iniciativas voltadas nessa direção, a coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC não a concebe apenas como um instrumento de consulta e diálogo com as comunidades regionais. O que precisamos ter é uma política que baseada em uma avaliação criteriosa dos problemas e potencialidades de cada uma de nossas regiões, articuladamente com as lideranças regionais, trate de identificar gargalos e oportunidades, canalizando para os respectivos desbloqueios e aproveitamentos não só os recursos do Tesouro estadual mas também a maior capacidade articulação e alavancagem que o Governo Estadual tem com relação ao direcionamento tanto dos recursos fiscais e de crédito da União quando das políticas públicas federais. Os diagnósticos e propostas do Projeto Rumos 2015, elaborado durante o Governo Germano Rigotto, são um acervo de grande riqueza cujos recursos e subsídios continuam subaproveitados por força dos maus efeitos da descontinuidade administrativa. Tomá-lo como base para o detalhamento de nossa política de desenvolvimento regional será o passo natural que, em desdobramento destas diretrizes agora apresentadas, não deixaremos de dar na caminhada em direção ao Governo do Estado a que agora damos início.

Tomando ainda em consideração às questões relativas à distribuição espacial da população, das atividades econômicas, dos serviços de infra-estrutura no território gaúcho não podemos deixar de registrar que, tal como acontece por todo mundo pelo menos desde o século XIX, é constante e acelerado o aumento da participação das cidades nesses agregados, pois a diferença à maior da população urbana em comparação com a população rural não cessa de crescer, assim como também crescem as diferenças entre o peso da economia urbana em comparação com o peso da produção de base agrícola, tendência de distanciamento que se verifica ainda em maior proporção quando consideramos os

grandes serviços de infra-estrutura pois é evidente a concentração urbana da oferta de energia, dos serviços de telefonia, de saneamento básico e mesmo de transporte.

Em vista disso, muito embora o país não tenha uma política nacional de desenvolvimento urbano e de apoio aos aglormerados metropolitanos, é óbvia a necessidade de que o poder público, nas três esferas de poder e governo que constituem a federação brasileira, oriente e regule a dinâmica de crescimento de nossas cidades e dos aglomerados metropolitanos. Neste sentido, nossa coligação tem como uma primeira resposta aos problemas que se colocam nesta área criação da Rede Gaúcha de Cidades Sustentáveis, instrumento institucional mediante o qual sejam acordadas metas integradas – políticas, econômicas, sociais e ambientais - para o desenvolvimento urbano de nosso Estado. Quando do detalhamento dessa proposta examinaremos o modo de estruturar um instrumento financeiro para este fim, quem sabe mediante a revitalização do antigo FUNDURBANO articuladamente com a sempre adiada implantação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre. Igualmente indispensável é avançar no estímulo ao consorciamento entre os municípios desta última, tanto no planejamento como na tomada de decisões. A Metroplan, a despeito de que atualmente enfraquecida e com sua vocação original mais lembrada do que exercida, é o instrumento natural para a promover a criação da Rede e, fortalecida, dar-lhe o indispensável suporte técnico-administrativo.

4- O DESAFIO DA EXPANSÃO E DA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS.

Não se promove um verdadeiro desenvolvimento só com crescimento econômico, nem apenas com a construção de infraestruturas. Se tais realizações não estiverem voltadas à promoção e ao atendimento dos anseios dos menos favorecidos ter-se-á, na melhor das hipóteses, crescimento, não um verdadeiro

desenvolvimento. Esta a razão pela qual a questão social é foco central do programa de governo de nossa coligação.

O objetivo maior nesta frente é a busca da maximização da inclusão social, para cuja consecução é preciso não medir esforços. Nada tem sentido na gestão pública senão vier ao encontro dos menos favorecidos, das crianças, dos velhos e dos necessitados em geral. Um governo que não tenha políticas para o enfrentamento de tais problemas não tem sentido como governo. Também importa entender que os esforços a serem realizados nesta direção não se limitam a aumentar os recursos alocados a oferta dos serviços da área social mas envolvem também melhorias de gestão e incrementos de produtividade.

Outro requisito importante de um serviço moderno e adequado às condições atuais é prover a gestão pública de ferramentas modernas e atualizadas de gestão. Isso implica tanto a aquisição dos instrumentos e ferramentas digitais e o desenvolvimento de uma nova cultura integrada ao uso das redes sociais. Esses novos recursos propiciam mais eficiência na prestação dos serviços, maior acesso e conforto para os usuários. *O Rio Grande precisa de um serviço público do século XXI.*

Olhado o panorama da área social segundo os três maiores setores – educação, saúde e segurança – a situação que encontramos e as diretrizes que devem orientar a ação de nosso governo podem ser suscintamente apresentadas nos termos seguintes.

a) Os desafios da educação estadual: melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar.

O sistema estadual de ensino é a maior das instituições do setor público gaúcho. Não existe no Estado nenhum outro serviço público de maior importância e

impacto social, dado o enorme potencial da educação em melhorar todos os demais indicadores sociais, particularmente o nível de renda dos indivíduos e das famílias. A educação e a variável mais potente para garantir a igualdade de oportunidades, a base de uma sociedade democrática e aberta ao esforço e ao êxito individual e coletivo. A rede estadual pública de ensino é responsável pelo atendimento de aproximadamente 1 milhão de crianças e jovens, contando com 2.570 estabelecimentos de ensino sob administração estadual e 95 mil servidores nas funções de docência, técnica e administrativas em atividade (Censo Escolar/2013-SEC/RS). O atendimento do sistema representa aproximadamente 50% de todas as matriculas escolares.

Apesar dessa reconhecida importância, é de amplo conhecimento que a educação pública do Rio Grande Sul enfrenta dois graves problemas. O primeiro é de natureza política, o desentendimento recorrente entre as lideranças sindicais do magistério e o Governo do Estado. O segundo diz respeito ao desempenho insatisfatório da aprendizagem, expresso nas diversas avaliações que vem sendo feitas no Brasil e no RS, conforme veremos adiante. No ensino médio, a situação é mais crítica uma vez que i) a taxa líquida de matrículas na faixa etária de 15-18 anos é em torno de 50%; ii) o percentual da taxa de conclusão do ensino médio é também em torno de 50%. Isso significa que de cada 100 alunos que ingressam no ensino médio, apenas 50 concluem o terceiro ano. Além disso há uma comprovada queda nos indicadores de qualidade da educação oferecida pelo sistema.

Esses dois fatores – conflito permanente e desempenho qualitativamente insatisfatório - são, em larga medida, responsáveis pelas dificuldades que enfrentamos nesta área e que representam um grande desafio para o Governo estadual e para a comunidade rio-grandense em geral.

As carências estruturais devem ser enfrentadas com a identificação clara das necessidades, da constituição de um sistema de planejamento detalhado e da

elaboração de uma política permanente e estável de gestão dos recursos financeiros, operacionais humanos e pedagógicos.

O conflito precisa ser superado pela criação de um novo ambiente na educação gaúcha: os debates e posições, naturais e legítimos, precisam se expressar num clima de cooperação, construção e respeito aos direitos e competências de todos – gestores públicos, professores, servidores de escola, alunos, pais e demais agentes sociais que vêem na educação um fator de desenvolvimento e democracia.

Igualmente importante é o esforço a ser feito na melhoria da remuneração dos professores. Embora limitado pelas restrições orçamentárias, esse objetivo estratégico precisa ser assumido e realizado progressivamente em prazos compatíveis com a melhora das finanças publicas estaduais. Sem isso, persistirão os problemas de recrutamento de quadros qualificados, evasão e baixa auto-estima dos professores, no final, a má qualidade da educação.

É igualmente importante reverter a trajetória de baixa performance da educação gaúcha, retratada nas avaliações recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB.[1] Os indicadores referentes ao período de 2005 a 2011 revelam um quadro extremamente preocupante e que exige providências consistentes da Administração Estadual.

Com efeito, não se pode aceitar que, neste período, as notas obtidas pelo RS na avaliação da 4ª série do ensino fundamental tenham nos conduzido da 6ª posição (nota 4,2) entre todos os estados do país em 2005 para a 7ª posição em 2011 (nota 5,1).

---

[1] O IDEB avalia o i) Rendimento: considera a taxa de aprovação de um ano para outro, abandono e retenção; ii) Desempenho: é medido pelas notas dos alunos nas avaliações da Prova Brasil (4ª a 8ª séries) e SAEB (3º ano do ensino médio por amostragem).

Não se pode aceitar, igualmente, a estagnação das notas de avaliação da 8ª série do ensino fundamental no período 2005-2011, o que fez com que passássemos da 4ª posição (nota 3,5) para a 11ª posição ((nota 3,8) no ranking nacional, certamente a pior da história.

E, por fim, também não se pode aceitar que as notas referentes ao aprendizado na terceira série do ensino médio tenham se mantido no mesmo baixo patamar entre 2005 e 2011 (nota 3,4), situação que deslocou a posição do RS do 2º para o 9º lugar no ranking nacional.

Não podemos nos conformar com melhorias insignificantes nas notas, ou mesmo a sua estagnação, quando outros estados avançam, deslocando a nossa tradicional posição de referência nacional em educação pública para o passado.

É verdade que os indicadores dos demais estados da Federação ainda estão distantes do que pode ser admitido como um padrão de qualidade educacional compatível com a existente nos países desenvolvidos, cujas médias das notas compatíveis em avaliações similares ao IDEB é de 6,0 pontos. *No caso do RS, o problema é que não apenas estamos distantes do padrão internacional, mas também estamos ficando atrás dos demais estados brasileiros, o que nunca havia ocorrido até os últimos anos.* A educação gaúcha precisa reagir.

Além dos problemas já apontados, verificam-se ainda importantes carências e necessidades. Elas se expressam, principalmente, na insuficiente infra-estrutura física e operacional, no inadequado planejamento e gestão global dos recursos, na restrita autonomia e responsabilidade das unidades escolares, na carência de programas de apoio aos estudantes e ao funcionamento da rede escolar, assim como nas deficiências no planejamento das atividades curriculares e extracurriculares.

Diante do diagnóstico sumariado acima, a conquista de um novo patamar de qualidade educacional constitui um enorme desafio e envolve esforços planejados e persistentes em várias frentes.

Em primeiro lugar, investir na qualificação dos professores, promovendo e incentivando ampla e permanente atualização.

Em segundo lugar, intensificar iniciativas voltadas para o aprimoramento dos gestores e da gestão das escolas.

Em terceiro lugar, aperfeiçoar o processo de recrutamento dos professores, valorizando os conhecimentos específicos nas respectivas áreas de atuação.

Em quarto lugar, adotar estratégias pedagógicas compatíveis com as deficiências diagnosticadas e com as melhores experiências nacionais e internacionais.

Em quinto lugar, redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas escolas de equipamentos e meios que potencializem a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais.

Finalmente, em sexto lugar, mas não menos importante, dar continuidade aos esforços de avaliação permanente do desempenho dos alunos, não apenas para medir os resultados, mas também para permitir o justo e emulador reconhecimento de professores e alunos.

Já com relação ao ensino médio, responsabilidade precípua da esfera estadual, o desafio é ainda maior, pois trata-se de acrescentar às políticas acima referidas, iniciativas destinadas a:

a) implantar políticas que conduzam à universalização do acesso, assegurando a matricula aos jovens 15 a 18 anos, uma vez que aproximadamente 40% dessa faixa etária encontra-se fora da escola;

b) promover uma ampla reforma do ensino médio contemplando a diversificação curricular, tornando-o mais atrativo e adequado às necessidades dos jovens.

c) melhorar o desempenho geral das escolas, com especial atenção aquelas que apresentam pior desempenho; e

c) e realizar ações visando elevar o número de egressos formados.

Alta prioridade deve também ser atribuída ação da Superintendência de Ensino Profissionalizante da Secretaria Estadual da Educação. Embora existam, no sistema, escolas de reconhecida excelência, como a Escola Parobé e a Escola Liberato Salzano, no contexto da estratégia mais geral do desenvolvimento regional defendida neste programa de governo, é importante que a exemplo dessas, sejam criadas pelo menos uma Escola de Educação Profissional de referência em cada uma das regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma avaliação menos global e mais focada na articulação do sistema estadual de ensino com a formação dos recursos humanos necessários à condução do Estado a uma posição mais destacada no contexto nacional torna-se quease inevitável constatar que nossos sistemas educacionais que parecem ter renunciado a uma de suas funções mais essenciais: a formar jovens capacitados e vocacionados a ingressarem no ensino universitário com condições para, ao termo do terceiro ciclo de estudos, virem a desempenhar funções vanguarda e de liderança nas áreas críticas da pesquisa científica, da inovação tecnológica e do desempenho profissional de alta qualficação, pois é consensual o diagnóstico de

que um mau ensino médio é, com as exceções que sempre ocorrem, o prenúncio de estudos universitários pouco aproveitados e de medíocre qualificação.

A necessidade de criar estímulos para a reversão desse quadro tem que ser uma prioridade da ação de governo na área educacional e seus princípios devem ser orientados pelas seguintes premissas: a) os avanços da política nacional da educação obtidos nas duas ultimas administrações federais, particularmente no que diz respeito às práticas de avaliação e promoção do melhor desempenho de professores e alunos; b) as demandas e prioridades e potencialidades existentes no âmbito das várias regiões gaúchas, que deverão merecer especial atenção da Governança Regionalizada.

Além disso, em termos gerais é possível, já neste momento inicila de concepção de nosso plano de governo apontar ser princípio que devem nortear a ação de nosso governo na área educacional e que são os da *integralidade*, *valorização do conhecimento*, *gestão*, *inclusão* e *valorização profissional*. Exemplos do conteúdo a ser dado à aplicação de tais princípios são os seguintes:

- ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: implantação de pelo menos duas Escolas por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), segundo as concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro;
- EXPANSÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO: ampliação do tempo de permanência dos alunos do Ensino Fundamental em toda a Rede Estadual;
- ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: aprimorar o ensino de línguas estrangeiras na rede, notadamente do espanhol e do inglês;
- ENSINO MÉDIO: universalização do Ensino Médio de 15 a 18 anos, em consonância com a meta do Todos pela Educação;

- ESCOLA ACESSÍVEL: inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, implantando programa de apoio, qualificação de RH, contratação de profissionais com formação adequada e investimento em acessibilidade, a partir de 2015;

- INCLUSÃO DIGITAL: universalização do uso de Tecnologias da Informação como ferramentas pedagógicas inovadoras;

- JOGOS ESCOLARES: fortalecimento dos Jogos Escolares do RS, revitalização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE e criação de centros poliesportivos nas 30 CREs, a partir de 2014;

- FORMAÇÃO DOCENTE: programa de formação permanente para qualificar professores e funcionários da Rede Pública Estadual, instituindo um número mínimo de cinco formações obrigatórias por ano, com duração de no mínimo quatro horas, com implantação imediata; é preciso potencializar todas as fontes de recursos para esta tarefa, em especial as do FUNDEB.

b) O desafio do sistema público de saúde: atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão.

A prestação de serviços básicos de saúde constitui uma das atribuições mais nobres, importantes e irrenunciáveis do Estado. No Brasil o principal instrumento de intervenção na saúde pública é o Sistema Único de Saúde – SUS, responsável pela articulação e coordenação das ações da União, Estados e Municípios, instituição cuja criação nas condições econômico-financeiras de um país ainda em desenvolvimento é um feito notável, que a todos nos deve orgulhar. Não ignoramos, por certo, suas muitas deficiências que motivam grandes e intensas reclamações e críticas vindas de muitas frentes, muitas, sem dúvida, justificadas e feitas de boa fé e com intenções construtivas. Mas é impossível começar a tratar dos problemas e dos avanços que é preciso fazer no

enfrentamento dos desafios colocados à melhora da saúde pública sem fazer este reconhecimento do patrimônio que já temos nesta área.

Desde sua criação, o SUS procura desenvolver e aprimorar a descentralização das ações de saúde, através da regionalização e da municipalização do planejamento, gestão e execução dos serviços. É natural que um sistema que envolve todas as instâncias administrativas do poder público nacional e engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de prevenção, atendimento ambulatorial, e serviços hospitalares em múltiplas especialidades, se depare com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento.

Embora haja grande concordância quanto à melhoria dos indicadores básicos de saúde no Brasil, que se refletem principalmente na queda da mortalidade infantil e na elevação da expectativa de vida dos brasileiros, as políticas de prevenção e as redes de atendimento ainda apresentam grandes e importantes insuficiências.

A precariedade do atendimento hospitalar de emergências e tratamentos especializados se expressa na falta de vagas para internações, na demora, às vezes de meses, para a realização de consultas, cirurgias e revisões, na ausência de estruturas adequadas de UTIs, apenas para citar as carências mais evidentes.

De outra parte, as políticas preventivas ainda apresentam um alcance extremamente limitado: apenas a metade da população brasileira é atendida na Estratégia de Saúde da Família (54%% de cobertura). Na falta de cuidados básicos preventivos e de diagnósticos precoces, as pessoas são acometidas por doenças que poderiam ser evitadas, onerando ainda mais o sistema.

Além disso, a saúde pública enfrenta novos desafios no plano nacional, e também regional, com o crescimento da drogadição – especialmente do consumo de crack – e da elevada prevalência de alcoolismo entre adolescentes e jovens, bem como a alta incidência de AIDS no RS.

Finalmente, como agravante, a saúde pública dos brasileiros é, ainda, afetada por outros fatores estruturais, entre os quais, a condição de pobreza e desnutrição em que ainda se encontram milhões de pessoas e a precaríssima estrutura de saneamento básico, responsável pela geração e transmissão de dezenas de doenças que afetam principalmente as famílias e as crianças que vivem nas periferias das médias e grandes cidades.

O Rio Grande do Sul não constitui exceção nesse cenário de desafios e problemas, muito embora nossa situação não se encontre entre as de pior situação no contexto nacional. Apesar do RS já contar com uma ampla rede de prestação de serviços hospitalares no âmbito do SUS, com 350 hospitais de diversas naturezas jurídicas (filantrópicos, públicos municipais, privados, federais e estaduais), ainda nos deparamos com uma distribuição geográfica bastante desigual e concentrada desses serviços.

Por isso, nos últimos governos, acertadamente, envidaram-se importantes esforços para promover a regionalização do atendimento e dos serviços de média e alta complexidade, para evitar o deslocamento, sempre oneroso, de doentes para a Capital ou para as cidades médias do RS. No entanto, apenas 60% das necessidades de atendimento e procedimentos especializados são atendidos pela rede pública ou conveniada. Neurocirurgias, procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia e politraumatismos ainda dependem de deslocamento para a capital do Estado. A expansão desses serviços se dará por meio da regionalização do atendimento a partir das cidades-pólo das macro-regiões de saúde: Santa

Maria, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Lageado.

De outra parte, embora o RS tenha sido um dos primeiros estados brasileiros a adotar políticas de atenção básica à saúde, através do programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde e, no Governo Rigotto, também de forma pioneira, criado o programa inovador PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, direcionado ao desenvolvimento pleno da saúde e capacidade cognitiva dos bebês e crianças, ainda temos um largo caminho a percorrer em direção à universalização dessas importantes ações de prevenção e promoção da saúde.

Um exemplo disso é a necessidade de expandir a população atendida pelas ações da chamada Estratégia de Saúde da Família. Nosso desafio é atingir 100% da meta de cobertura da população do RS com Estratégia de Saúde da Família, até o final do Governo, o que significa um incremento anual de 15% por ano. Não se faz isso simplesmente com recursos mas também com gestão e gerenciamento do sistema.

O mesmo ocorre com o programa PRIMEIRA INFANCIA MELHOR criado pioneiramente no governo de Germano Rigotto. Apesar de ter evoluído em ritmo bom, as ações do programa podem e devem ter metas mais ambiciosas de cobertura, pelo menos, duplicar o universo de crianças atendidas.

É certo que o ritmo de expansão de ações e programas de prevenção e atenção básica, como os acima citados, é fortemente dependente da cooperação entre as esferas de governo – União, Estados e Municípios. Essa característica do SUS, de repartição de responsabilidade entre as esferas públicas, reafirma a necessidade de persistir e intensificar esforços para ampliar as relações de cooperação inter-institucional, sem partidarismos ou preferências ideológicas, para que os serviços cheguem de forma mais rápida, ampla e efetiva aos cidadãos. Para

isso, é necessário não apenas vontade e determinação, mas a criação de mecanismos de financiamento e incentivos que promovam a adesão das partes.

As diretrizes gerais que as corporificam devem apontar para a ambiciosa meta para tornar o Rio Grande do Sul referência nacional em todos os indicadores de saúde pública. Programaticamente, na área da saúde pública, podemos dede logo enunciar como metas gerais do Governo que pretendemos fazer as seguintes.

AMPLIAR A ATENÇÃO BÁSICA: elevar substancialmente a cobertura das ações de atenção básica, ampliando as parcerias com os municípios, tendo como meta levar as ações da Estratégia de Saúde da Família a 100% dos lares gaúchos até 2018.

AJUSTAR O PERFIL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE AO MOMENTO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁFICO-EPIDEMIOLÓGICA EM QUE SE ENCONTRA O RS: neste caso trata-se de tirar as consquências de que o Rio Grande do Sul está passando a ter um perfil demográfico típico dos países mais desenvolvidos, com o aumento da população da chamada terceira idade e uma redução relativa da população infantil na pirâmide etária. Este fenômeno evidentemente exige um reposicionamento dos serviços de saúde que precisam preparar-se para atender, em muito maior proporção, os problemas cardiovasculares, as neoplasias e as doenças mais frequentes nas pessoas idosas.

GARANTIR AS CONSULTAS: ampliar o acesso e agilizar as consultas de baixa complexidade. Em parceria com os municípios, ampliar o horário de atendimentos dos Postos de Saúde, especialmente nas regiões de maior concentração populacional e de reconhecida grande demanda dos serviços.

REGIONALIZAR O ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE: intensificar os esforços de regionalização do atendimento de

media e alta complexidade, para que as necessidades sejam atendidas na região em que as famílias vivem.

MAIOR ATENÇÃO À INFÂNCIA E ÀS MÃES: fortalecer as políticas preventivas e de promoção da atenção básica direcionadas à infância e atenção materna, fortalecendo a presença do Primeira Infância Melhor e da atenção pré-natal nas comunidades gaúchas.

GESTÃO EFICIENTE: aprimorar, permanentemente, a gestão do sistema de saúde com ênfase na qualificação dos gestores, sistemas tecnológicos de suporte e diagnósticos epidemiológicos; da mesma forma, urge aperfeiçoar os sistemas de avaliação do impacto, efetividade e resolutividade das ações e programas na saúde dos gaúchos.

Registre-se ainda que a promoção da saúde precisa ser complementada pela ampliação dos investimentos em áreas diretamente correlacionadas, tais como saneamento básico, combate às drogas e ao alcoolismo e redução da acidentalidade no trânsito.

Requisito *financeiro* indispensável para o cumprimento destes objetivos e metas é cumprir escrupulosamente as previsões legais de destianação de recursos orçamentários para o setor. Requisito *institucional e operacional estratégico* é a regionalização do atendimento de média e alta complexidade, para cuja consecução não mediremos esforços.

c) o desafio da segurança pública:

Os gaúchos estão inseguros. Muito e gravemente inseguros, e com razão. Esta é a premissa de qualquer consideração sensata dos problemas de segurança público no Rio Grande do Sul no presente momento. O registro deste fato já não

precisa apelar para as sondagens de opinião pública, pois este é um tema quotidianamente presente em nossas vidas, tanto pela alta frequência com que somos vítimas, quanto porque o tema se faz permanente presente em nossas conversas e nos esforços a cada dia maiores para nos acautelarmos e protegermos com os meios que tivermos a nosso alcance.

Tão importante quanto o estresse psicológico derivado da percepção geral da deterioração das condições de segurança publica, são os custos decorrentes do aumento da criminalidade na subtração de vidas, destruição de famílias, deterioração da vida comunitária e em perda materiais significativas e definitivas impostas aos gaúchos.

Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica. Nem os serviços de prevenção e investigação policial, nem a gestão do sistema prisional, nem em programas de prevenção criminal têm escala e eficiência compatível com o agravamento da situação. O esforço das diversas administrações estaduais recentes em manter o nível do gasto público na segurança em reposição parcial do efetivo policial, manutenção e equipamentos, em um contexto de severas restrições financeiras, embora meritório, se mostrou insuficiente frente às necessidades associadas ao crescimento da criminalidade.

A criminalidade e a insegurança crescentes produzem um novo tipo de segregação social na sociedade gaúcha: entre aqueles que podem se proteger recorrendo a meios privados – guardas, grades, alarmes, câmeras de vigilância – e aqueles que, privados desses meios, dependem apenas do sistema público de segurança. Essa nova forma de segregação, evidentemente, não se coaduna com o modelo de sociedade com a qual todos sonhamos. Urge, portanto, enfrentar com firmeza e decisão o desafio de tornar nossa sociedade mais segura. Essa não é

uma tarefa fácil, nem passível de ser resolvida de um dia para outro. Mas se não lhe atribuirmos a prioridade devida não haverá espernça de virmos a em prazo médio superá-la. É com o compromisso de atribuir atenção prioritária à segurança pública que queremos nos comprometer.

Ressalte-se que na dinâmica recente da criminalidade, certamente um dos fatores mais decisivos na elevação dos patamares de ocorrência é a disseminação das drogas, mais particularmente do *crack.* O aumento do consumo dessa substância, devido ao elevado poder e velocidade na geração da dependência, tem sido apontado como uma das causas do aumento do volume de roubos, assaltos e homicídios nas médias e grandes cidades. Além desse fenômeno relativamente recente, permanecem como temas importantes a merecer atenção a violência doméstica, a segurança no ambiente escolar e o acentuado nível de acidentalidade e mortes no trânsito.

Também da maior relevância para entendimento da situação em que nos encontramos é que uma das conseqüências mais graves da crise estrutural das finanças públicas estaduais das últimas quatro décadas foi também um quadro crônico de subinvestimento na área da segurança pública. Com efeito, entre 2000 e 2013, a média anual da rubrica Investimentos em relação à Receita Corrente Líquida foi de apenas 0,33%, o que corresponde a um vigésimo do total dos investimentos realizados pela Administração Estadual.

Tal condição estrutural tem como reflexo:

- a sempre insuficiente dimensão do efetivo policial, tanto na Polícia Civil quanto na Brigada Militar;
- a permanente dificuldade na manutenção e reposição dos equipamentos essenciais à operação policial, principalmente veículos e estruturas de apoio;

- a precariedade e desatualizada estrutura de apoio técnico (perícias e exames) à investigação criminal;
- a ausência de sistemas de tecnologia de informação modernos e atualizados, cada vez mais importantes no desenho de metodologias de policiamento preventivo e repressivo mais efetivas,
- a ausência de um sistema eficiente de acompanhamento e controle do regime semi-aberto, o que acaba por se refletir num alto índice de reincidência criminal.
- a inexistência de um processo de organização e avaliação permanente da evolução dos indicadores criminais, procedimento fundamental para o planejamento dos gastos e ações operacionais do sistema de segurança pública gaúcho.

De outra parte, o reduzido nível de investimentos, muito aquém das necessidades mínimas no sistema prisional, gerou um enorme déficit de vagas– de aproximadamente 8 mil vagas -, sem falar na deterioração da quase totalidade das unidades existentes em termos físicos, humanos e segurança.

Além do crescimento vertiginoso dos crimes de furtos e roubos nas pequenas e médias cidades do Estado nos últimos anos, é muito preocupante também a elevação dos índices de homicídios, de 18,3 casos por cada 100 mil habitantes em 2002 para 22 casos em 2012, bem como a defasagem de 32% no provimento do efetivo da Brigada Militar (diferença entre o efetivo autorizado e o efetivo provido) e de 39% na Polícia Civil. O quadro é dramático: de um lado o crime aumenta e se interioriza e, de outro, o Estado continua a enfrentar enormes dificuldades para realizar os investimentos em recursos humanos e equipamentos para ampliar, modernizar e aperfeiçoar os serviços de prevenção, investigação e punição criminal.

Com efeito, os investimentos realizados pelo Estado na criação de novas vagas prisionais estão sempre aquém do necessário, fazendo com que a efetiva punição criminal seja prejudicada pela incapacidade do Estado em prover as condições para a efetiva execução penal.

É claro que o gasto público em segurança não constitui o único fator a explicar a dinâmica criminal recente, que tem condicionamentos de ordem econômico-social e culturais, mas é sim o principal responsável pela perda de efetividade do Estado no cumprimento de seu papel constitucional de prover segurança pessoal e patrimonial.

A recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas:

INVESTIMENTOS: elaborar e executar um programa permanente de investimentos em recursos humanos e materiais, de modo a criar uma estrutura adequada às necessidades e demandas dos gaúchos por mais segurança.

TRANSPARÊNCIA: estimular e incentivar práticas de maior transparência nas políticas de segurança pública, com o objetivo de melhorar os canais de comunicação e informação entre os agentes públicos e a sociedade.

PARTICIPAÇÃO: otimizar a parceria com as prefeituras e comunidades locais nas ações preventivas policiais e de natureza social e focalizar e dar maior efetividade às ações policiais em consonância com as peculiaridades das diversas regiões do RS.

Além destas diretrizes gerais, a política estadual de segurança deverá fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação

mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça no RS. Isso implicará, entre outras, as seguintes providências.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PUBLICA: os conselhos devem ter seu papel valorizado e ampliado, auxiliando a Policia civil e Militar na definição das ações preventivas, aproximando e integrando as instituições policiais das comunidades e promovendo e coordenando ações preventivas multidisciplinares.

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTEGRADO E COOPERATIVO: propor a formação de um comitê permanente integrado por todas as instâncias do sistema de justiça criminal: o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Governo do Estado (Polícia e Sistema Prisional), com o objetivo de planejar, articular e coordenar esforços no sentido de melhorar as condições de segurança pública e da promoção da justiça, evidentemente, respeitando as atribuições e competências constitucionais e legais das partes. Uma das formas possíveis para promover esta integração é conferir tais atribuições ao CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

AUMENTO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR. Dar continuidade à recomposição do efetivo da Brigada Militar, de forma a recompor, pelo menos, a meta histórica de 3,0 policiais para cada 1.000 gaúchos.

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE POLICIAMENTO PREVENTIVO. Investimentos em sistemas de comunicação e georeferenciamento para aprimorar o sistema de planejamento e execução de ações preventivas pela Brigada Militar.

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INVESTIGATIVA DA POLICIA CIVIL. Ampliação do quadro de delegados e investigadores, investimentos em

tecnologia de informação e logística, especialmente nas regiões com maior incidência de criminalidade violenta. Avaliar e propor a criação de novas delegacias especializadas, principalmente, de homicídios, nas cidades médias.

AÇÕES INTEGRADAS PERMANENTES. Fortalecer o papel coordenador e integrador do CIOSP. Reavaliar e reorganizar as bases geográficas e operacionais da Policia Civil e Brigada Militar visando desenvolver ações integradas de forma estruturada e permanente.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO. Melhorar a presteza e a qualidade do atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia, tanto no registro das ocorrências como na prestação das informações. Criar um mecanismo ágil e fácil, via internet ou 0800, que permita ao cidadão acompanhar o andamento dos inquéritos, respeitadas as disposições legais.

CRIAR BASES DE PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO. Desenvolver programas permanentes de patrulhamento nos bairros mais violentos das médias e grandes cidades, em parceria e cooperação com as prefeituras municipais e entidades comunitárias. Incentivar e fortalecer programas de Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado para a Solução de Problemas.[2]

ZERAR O DÉFICIT DE VAGAS PRISIONAIS. Dar continuidade aos investimentos na ampliação do sistema prisionais, com a meta de criar 8 mil novas vagas prisionais. Serão priorizadas a construção ou ampliação de unidades de médio porte adequadas ao perfil de periculosidade dos presos.

---

[2] Modelo de policiamento desenvolvido pelo criminologista Herman Goldstein e já utilizado em muitos países. Nesse modelo, o escopo da ação policial é ampliado para a além do crime como um incidente isolado, de forma a captar e buscar soluções para o conjunto de circunstâncias sociais, físicas e culturais que o incentivam. É, essencialmente, um modelo de parceria e transversalidade, que tende a envolver, na prevenção criminal, todos os agentes públicos e sociais que operam numa determinada área geográfica com alta concentração de crimes.

REINSERÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA. Criar e desenvolver programas e ações de reinserção de ex-apenados no mercado de trabalho mediante um sistema de incentivos à empregabilidade e à capacitação profissional e formação educacional dos apenados.

PROGRAMAS INTEGRADOS DE PREVENÇÃO. Fortalecer a presença do Estado no desenvolvimento de programas permanentes de educação e prevenção do uso de drogas e álcool, em conjunto com as prefeituras municipais, entidades sociais e escolas públicas, com foco prioritário em adolescentes e jovens.

TRANSITO SEGURO. Intensificar os programas de combate ao uso do álcool no trânsito, integrando a Policia Rodoviária estadual, Brigada Militar, Detran, Prefeituras e organizações sociais.

FORTALECIMENTO DA REDE DE SAUDE NO TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO. Abertura de mais vagas nas redes publica e filantrópica de saúde e ampliação da rede de comunidades terapeuticas.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS INFRATORES. Em parceria com o setor privado, alterar o *modus faciendi* de recuperação de menores infratores através (i) a descentralização radical da instituição mantenedora de jovens infratores; (ii) ampliação dos programas de ressocialização dos jovens infratores com bolsa em dinheiro específica para famílias de menores infratores; (iii) incentivar a participação e a parceria com as organizações sociais vocacionadas na gestão das casas mantenedoras e de apoio psico-social a jovens em situação de risco e infratores.

5- OS DESAFIOS DA INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES, ENERGIA E SANEAMENTO

Nas sociedades modernas, uma função crítica do setor público é prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades e à preservação da competividade sistêmica de suas economias. No caso do Rio Grande do sul, assim como no Brasil, o cumprimento desses encargos foi prejudicado, nos últimos anos, em razão dos desequilíbrios financeiros do setor público.

Para ter êxito nesta frente decisiva para o nosso futuro, além de criar soluções inovadoras nos processos de produção propriamente ditos – em termos de recursos tecnológicos e humanos -, a economia gaúcha deverá contar com uma oferta de infraestrutura, que nos coloque num patamar de competividade em posição vantajosa, ou pelo menos de igualdade, em relação aos demais estados brasileiros. Para isso, é preciso dar a atenção e a prioridade que o tema exige no âmbito do planejamento da intervenção estatal, das prioridades dos investimentos públicos e no contexto mais geral do desenvolvimento regional.

Em consonância com estas considerações mais gerais, entendemos como diretrizes para a recuperação, ampliação e modernização da infraestrutura estadual as prioridades elencadas a seguir.

a) Transportes

Tendo em vista a importância estratégica desta área para a economia gaúcha é indispensável modernizar, qualificar e dar um tratamento rigorosamente profissional aos problemas do setor.

Isso implica em reestruturar e modernizar o DAER, fazendo com que a entidade recupere a sua capacidade técnica para enfrentar em termos adequados as necessidades atuais, notadamente no que se refere ao desenvolvimento e gestão de projetos de engenharia rodoviária. Com relação à EGR, o desafio é fazer

com que a natureza empresarial da nova entidade seja empregada para a captação de financiamentos que permitam a expansão e duplicação das estradas sob sua jurisdição. Por exemplo, é o caso da duplicação de trechos como a ligação Passo Fundo-Marau, Venâncio Aires-Santa Cruz e Santa Maria-Camobi e a duplicação da RS 118, beneficiando diretamente os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Sapucaia do Sul. Igualmente importante é a implementação do Plano Estadual de Logística e Transportes- PEL, a qual permitirá embasar as decisões de investimento em critérios técnicos seguros e adequados às reais necessidades da economia e da comunidade.

Também é importante dar continuidade aos investimentos em curso, evitando os malefícios que costumam acompanhar as trocas de governo em todos os setores quem compõem o amplo domínio dos serviços de infraestrutura.

Outra providência imperiosa é buscar novos financiamentos internacionais, notadamente com relação às necessidades de logística, à malha rodoviária e às oportunidades, sempre negligenciadas, referentes ao melhor aproveitamento de nossos cursos de água para alternativas hidroviárias.

Reconhecer que a poupança fiscal passível de ser gerada mesmo com uma boa administração das contas públicas é insuficiente para prover as carências de infraestrutura que nos retiram competitividade É importante prospectar a constituição de parcerias público-privadas, sem preconceitos ideológicos e políticos, dentro dos parâmetros, condições e diferentes modalidades contratuais que melhor ajustem o interesse entre as partes, a empresa privada e o poder público. Nesse sentido, é indispensável fazer um trabalho minucioso de levantamento de necessidades e oportunidades para a provisão dos serviços de infraestrutura estadual.

É igualmente importante avançar ações junto à União para aumentar a participação da ferrovia no transporte de cargas, meta maior de mudança na Matriz de Transportes. Apoiar a criação da Ferrosul, um investimento de grande impacto na matriz de transportes e na economia gaúcha.

Finalmente, se faz necessário modernizar os serviços de Estações Rodoviárias tanto pelo estímulo à adoção de sistemas informatizados de gestão e vendas de passagens, quanto pela exigência de que os concessionários garantam aos usuários um atendimento confortável e limpo.

b) Energia

No final dos anos 1990, o Brasil e o Rio Grande do Sul passaram por um processo de redistribuição de encargos entre o setor público e o setor privado em relação à oferta dos serviços de infraestrutura. O Rio Grande do Sul apresenta, atualmente, o seguinte desenho institucional: três empresas de distribuição, a CEEE-D, a RGE e a AES, sendo as duas últimas privadas; a CEEE-GT, que atua na geração e na transmissão e a CGTEE, empresa de geração térmica, vinculada à Eletrosul. Além disso, mais recentemente, foi criada a SULGAS, uma empresa do Governo do Estado e da Petrobrás, que opera a distribuição de gás para os mercados veicular, industrial, comercial e residencial. Portanto, no que diz respeito à oferta de energia, a responsabilidade do Governo do Estado ainda se faz presente, com grande importância, na geração e distribuição de energia elétrica e de gás natural.

O Grupo CEEE responde por 75% da transmissão de energia elétrica no Rio Grande do Sul, que é distribuída por 47 mil km de rede nas áreas urbana e rural. A companhia possui 15 plantas de geração hídrica, agrupadas no sistema Jacui-Salto.

Além da hídrica, que representa 63% da capacidade de geração, a companhia tem ainda usinas termelétricas que respondem por 11% de sua produção, 16,9% provenientes do gás natural e, por fim, 6,2% oriundas de fontes renováveis.

Além da geração de energia, a CEEE é responsável direta pela distribuição de energia, através da CEEE-D, para 4 milhões de gaúchos, em 72 municípios do Estado. Do ponto de vista da demanda de energia elétrica, a capacidade instalada atual foi suficiente para atender o consumo final de 25.427.246 de MWh. No entanto, projetando-se uma taxa de crescimento econômico de 5% ao ano, teremos em 2015 uma demanda de 35.778.68 MWh. Nesse cenário, a margem de segurança do sistema é muito pequena.

Com relação à capacidade de geração, é crítica a necessidade de que a ANEEEL volte a fazer leilões de compra de energia, que são no atual sistema de gerenciamento do setor elétrico brasileiro, a base para qualquer decisão de investimento. Só assim serão executadas as obras em Garabi, a Termelétrica do Seival e a expansão dos parques eólicos.

Já quanto à distribuição, a ação principal é elevar a capacidade de transmissão, com a construção do anel de 525 kV interligando os principais pontos das regiões Sul e Norte do Estado. Certamente, o crescimento do RS nos próximos anos, com a instalação de novas usinas termoelétricas em Candiota, com o crescimento expressivo da fabricação de celulose, com o polo naval de Rio Grande e outros investimentos na chamada metade Sul, irá impor ao Sistema Integrado Nacional (SIN) a necessidade de interligações no nível de tensão de 525 kV no Estado. O RS deve exercer papel político de pressão juntos aos órgãos da União visando pautar este importante tema, especialmente em razão das futuras usinas de carvão na região de Candiota e do complexo hidrelétrico de Garabi no rio

Uruguai, bem como o rebatimento de tais investimentos na interligação regional com Uruguai e Argentina.

Esses dados já são conhecidos e estão apropriados nos modelos de investimento do setor elétrico, porém, a CEEE tem tido grandes dificuldades de acompanhar os cronogramas de investimento.

Outra dificuldade de grande monta a que está confrontada a Companhia reside nas consequências da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2011, que afetou fortemente sua receita. O agravamento do quadro financeiro torna forçoso a reabertura de negociações com o governo federal.

Nesse contexto, é também indispensável que a CEEE melhore significativamente a sua gestão operacional e financeira. Isto requer, antes de mais nada, que o Governo do Estado, dê uma atenção prioritária às questões relativas ao desempenho da Companhia.

Essa avaliação do setor energético deve levar em conta ainda as potencialidades de diversificação da matriz energética. A Sulgás e o Parque Eólico de Osório são empreendimentos importantes já em pleno funcionamento e, no caso específico, em expansão.

A expansão da Sulgás em direção ao Vale dos Sinos e Porto Alegre, depois de ter já atendido parcialmente a região da Serra, é um fato promissor e que deve ser apoiado. O incremento da disponibilidade dessa fonte energética é uma contribuição relevante para o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado.

c]Saneamento básico.

No plano estadual, os serviços de saneamento básico – que compreende o fornecimento de água tratada e coleta e tratamento mento do esgoto - são de responsabilidade da CORSAN, empresa tradicional e que já prestou relevantes serviços ao Estado.

A Companhia Estadual de Saneamento - CORSAN atende a 349 localidades numa área de extensão que compreende 318 municípios, abrangendo mais de 70% da população urbana, com abastecimento de água tratada. Nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Bagé, Santana do Livramento, Vera Cruz, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Uruguaiana estes serviços são operados diretamente pelas prefeituras municipais ou empresas concessionárias. A CORSAN é a única companhia estadual, no país, que não possui concessão dos serviços na capital do respectivo estado, bem como em nove outros municípios de médio e grande porte.

É importante sublinhar, ainda, que existem no RS aproximadamente 1,5 milhão de gaúchos, moradores de pequenos aglomerados urbanos e zona rural, sem acesso ao sistema formal de abastecimento de água tratada.

Com relação ao esgotamento sanitário, embora inexistam dados precisos, mas pode-se estimar que, no RS, os serviços de coleta e tratamento de esgotos atingem apenas 14% dos domicílios. As obras do Programa Integrado de Saneamento Ambiental - PISA, recentemente inauguradas em Porto Alegre, deverão elevar esse índice para algo a 30%. Porém, ainda assim, a oferta desses serviços continuará num patamar inaceitavelmente baixo, portanto, a exigir novos e maiores investimentos.

A principal dificuldade para a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário reside no seu elevado custo de implantação, estimado em cinco vezes o volume de recursos necessário à implantação de sistemas de abastecimento de

água. Some-se a isso, a dificuldade adicional de que a tarifa cobrada para a coleta e tratamento de esgoto é de 70 % do valor cobrado para o consumo de água e de 50% no caso de somente ocorrer o afastamento do esgoto, traduzindo-se em média 47% de faturamento da água.

Nos últimos na os, a CORSAN ampliou os investimentos em sistemas de esgotamento sanitário com recursos próprios e também logrou êxito em incluir novos aportes de recursos no âmbito do PAC, do OGU e da Caixa Econômica Federal. No entanto, a execução e os desembolsos desses financiamentos continuam em grande parte pendentes.

O desafio do próximo governo será o de viabilizar o efetivo desembolso desses recursos e a concretização das obras correspondentes. No entanto, tais investimentos estão longe de atender o déficit estadual de serviços de coleta e tratamento do esgoto, que continuará no patamar de 70%.

Ao lado da execução e ampliação dos investimentos, continua crítica a gestão operacional da companhia, notadamente com relação às perdas físicas e financeiras no sistema de abastecimento de água (aproximadamente 40% da água produzida).

6- AS FINANÇAS PÚBLICAS

Como é de amplo conhecimento não apenas dos especialistas, mas da opinião pública em geral, as finanças públicas de nosso Estado encontram-se em situação de graves dificuldades há muitos anos. Os déficits orçamentários são recorrentes, a dívida cresce, o comportamento da despesa é cada vez mais rígido e o crescimento das receitas próprias não dá conta da expansão do gasto. Em vista da magnitude desses desequilíbrios a administração das contas converteu-se na tarefa prioritária dos governos estaduais que, apelando para recursos e

expedientes diversos – endividamento, aumento de impostos, privatizações, uso do caixa único, redução drástica e necessariamente provisória e insustentável do gasto, algum socorro emergencial da União – tratam de a cada exercício fechar contabilmente as contas e manter o funcionamento ordinário dos serviços públicos.

Em vista da gravidade desse quadro e da rigidez da despesa – em sua quase totalidade compulsória, como é o caso da folha de pessoal, do pagamento da dívida pública, das vinculações constitucionais e legais da despesa com educação e saúde, da total independência da despesa executada pelos demais poderes, assim como das limitações estruturais do crescimento da receita, deve-se reconhecer que nossos governos têm sido habilmente capazes de evitar o colapso fiscal e manter o funcionamento dos serviços públicos. O preço pago por essa situação tem sido a redução dos investimentos e a prestação de serviços públicos em escala e qualidade decrescentes.

Os constrangimentos que tornam esse quadro muito rígido – obrigações contraídas por força de legislação constitucional, como é o caso da despesa dos outros poderes, ou de legislação federal, como é o caso das vinculações de gasto, ou de funções indelegáveis do setor público, como é o caso da prestação dos serviços de educação, saúde e segurança, ou, em outra frente, de oferta de serviços básicos de infraestrutura, como é o caso dos encargos com a malha viária – tornam os ajustes pelo lado da despesa limitados e de execução necessariamente longa.

Não obstante isso, um trabalho contínuo em busca do aumento da produtividade dos serviços, de busca de consenso com relação à necessidade de contribuição de todos os Poderes do Estado e de todas as categorias de servidores para a indispensável melhoria da qualidade do gasto público é uma das linhas de ação que é preciso paciente e denodadamente trilhar.

Nesse sentido, é decisivo estabelecer uma condição de diálogo que permita consensualizar entre todas as forças e agentes políticos e a opinião pública uma regra que vincule o crescimento da despesa pública ao crescimento da economia e da produtividade. A experiência brasileira já contém dispositivos deste tipo, como é caso da regra de reajuste do salário mínimo, indicando que este é um caminho factível para a boa gestão dos recursos disponíveis.

Também é importante levar a termo a renegociação da dívida estadual, que precisa avançar em relação à proposta do Governo Federal, em tramitação no Congresso Nacional. A proposta de manter o serviço da dívida em 13% da RLR não impacta o fluxo imediato dos dispêndios, não beneficiando as finanças estaduais no curto e médio prazo, embora reduza o saldo devedor da dívida em 2028. A reforma que interessa ao Rio Grande é aquela que reduz o percentual da RLR com o serviço da dívida e alongue o prazo de pagamento das prestações.

Este conjunto de esforços só terá resultados sustentáveis, se, porém, pelo lado da receita houver avanços significativos. Nesta frente, sem elevação da carga tributária, os avanços só podem provir do aumento da eficiência da gestão da arrecadação tributária e, com muito maior importância e sobretudo, do crescimento econômico, da diversificação da base produtiva do Estado, especialmente em relação a bens e utilidades destinados ao consumo interno.

Muito embora os mecanismos de ressarcimento das perdas tributárias decorrentes do peso das exportações na economia estadual tenham sido extintos, as perdas continuam tão expressivas quanto antes e impactando as finanças estaduais. *A luta pelo ressarcimento de tais perdas é uma agenda econômica e política que o Rio Grande e seu governo não podem abandonar*.

Igualmente irrenunciável é a bandeira da Reforma Tributária. As diversas modificações no sistema tributário nacional nos últimos 50 anos resultaram na redução da participação dos estados na repartição das receitas. Com efeito, no início da década de 1960, os estados tinham participação de 34% da receita tributária disponível no país, índice que foi reduzido para apenas 24,6% em 2012. Tais perdas não foram compensadas pela arrecadação direta dos estados, a despeito do aumento da abrangência do ICMS, a partir de 1988, principalmente nos setores de combustíveis, minerais, transportes e comunicações. O fato indiscutível é que a melhor repartição das receitas tributárias é um passo indispensável para a recuperação mais consistente das finanças dos estados e o estabelecimento de relações federativas mais equilibradas. Na verdade, é todo o pacto federativo que precisa ser redefinido, pois também do lado dos encargos e responsabilidades os estados e especialmente os municípios estão sendo cada vez mais sobrecarregados.

Diante desse contexto, pode-se dizer que o maior desafio da gestão fiscal no Rio Grande do Sul continua sendo o de manter o equilíbrio das contas de forma consistente e duradoura, de modo a:

- recuperar sustentavelmente a capacidade de investimento do Estado e, assim, direcionar maior quantidade de recursos para as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a competitividade da economia gaúcha;
- recompor a capacidade de prestação de serviços de nosso setor público, principalmente nas áreas de educação, de saúde e de segurança, mas também em outras áreas, como a da promoção da inovação, da assistência social e do fomento ao

desenvolvimento regional, o que exige recursos, inclusive destinados a melhora das remunerações.

A recuperação das finanças estaduais não se fará de forma isolada e separada da condução da economia gaúcha a um novo patamar de crescimento econômico. Essa nova condição depende não apenas dos esforços que devem ser feitos no âmbito local – melhoria da infraestrutura e da logística, incentivo à inovação tecnológica e diversificação e desconcentração das atividades econômicas – como também das condições macroeconômicas.

7- OS DESAFIOS DA POLÍTICA CULTURAL

No mundo contemporâneo, todas as sociedades democráticas com expressivo desenvolvimento econômico e social apresentam intensa vitalidade cultural. A dimensão cultural é parte fundamental dos processos sociais que estão na base do dinamismo dessas sociedades. Em primeiro lugar, porque as atividades e as realizações culturais preservam os elementos mais importantes das experiências e valores passados – a memória das comunidades humanas. Em segundo lugar, porque a cultura, quando é viva, explora novas formas de experiência humana e antecipa novas possibilidades de afirmação individual e coletiva. Por essas duas razões, o acesso continuado às produções culturais é indispensável para a formação de identidades pessoais e coletivas.

Que papel cabe ao Governo do Estado na promoção e desenvolvimento dos diferentes aspectos e funções da cultura no Rio Grande do Sul? Destaque-se, desde logo, que ao poder público não compete substituir e tutelar a sociedade, procurando dirigir, definir e moldar os esforços e os objetivos culturais que os agentes e instituições culturais devem alcançar. Ao Estado cabe o estímulo refletido à preservação e ao desenvolvimento das tradições, valores e acervos culturais da sociedade, mas também ao fomento e ao fortalecimento das atividades

que a eles dão origem, garantindo o pluralismo de perspectivas e a liberdade de expressão e de experimentação em todos os setores da atividade cultural. Não é o Estado que faz a cultura – essa é tarefa de toda a sociedade.

a] Uma Nova Política Cultural

Uma política cultural adequada deve partir de um diagnóstico preciso tanto dos resultados positivos já alcançados pelos diferentes setores culturais das várias regiões do Estado ao longo das últimas décadas, como dos pontos de estagnação e paralisia que marcaram o mesmo período e se projetam no presente. Igualmente importante é a identificação de novos atores e novos projetos culturais, em gestação ou ainda em seus passos iniciais.

Nossa experiência acumulada mostra que o procedimento mais adequado para dar consequência a essa tarefa – um diálogo e troca de informações coma comunidade cultural – é a realização do II Congresso Estadual de Cultural, nos moldes de evento similar pela primeira administração de Carlos Jorge Appel durante o Governo Pedro Simon.

Da mesma forma, a interação permanente e o intercâmbio ativo de órgãos como o Conselho Estadual de Cultura, o CODIC, (Conselho dos dirigentes municipais de cultura da Famurs), das secretarias e das instituições municipais de cultura com a Secretaria Estadual de Cultura é indispensável para manter o fluxo de informações necessário para a constante avaliação e correção de rumos das políticas que vierem a ser adotadas para a área. No Governo José Ivo Sartori, merecerá especial atenção o levantamento criterioso da situação em que se encontram, em todo estado, os diferentes setores da cultura, tanto no tocante ao grau de profissionalização das atividades realizadas, como às formas de gestão e financiamento disponíveis (ou ausentes) e à abrangência e continuidade dos projetos executados.

A modernização da política cultural do Estado deve compreender a mudança sobrevinda nos espaços e na produção cultural em razão das novas formas e ferramentas de comunicação que permitem a integração da produção cultural aos vários e diversos ambientes de mídia, inclusive a web, televisão, cinema. Uma consequência dessas inovações pode ser a constituição de um Portal da Cultura Gaúcha, que funcione como um canal de divulgação e promoção das muitas iniciativas individuais desenvolvidas no Estado.

Com base nesse trabalho, é importante desde já elencar as diretrizes mais importantes:

- conceber as diversas manifestações e expressões culturais produzidas no RS, nas mais diversas áreas, como uma patrimônio e que, como tal, deve ser mais amplamente utilizado para a divulgação e o conhecimento do nosso Estado;

- desenvolver uma gestão de governo que acolha, valorize e impulsione a produção cultural independente, de forma não atrelada ao Estado, que afirme o setor como cadeia produtiva, geradora de emprego e renda, e que respeite e ressalte a diversidade das manifestações culturais do RS;

- realizar, apoiar, articular e promover projetos culturais de grande efeito multiplicador – festivais, bienais, feiras, mostras, espetáculos, etc - nas várias expressões da cultura regional, entre as quais a música, o folclore, as artes plásticas, o cinema e a literatura.

- Utilizar os recursos viabilizados pela Lei de Incentivo à cultura de forma equilibrada, por meio de editais de concorrência pública e com atenção à diversidade da produção cultural, em estrita obediência às exigências legais em relação ao uso dos recursos;

- Revitalizar o projeto de um polo regional de cinema, como forma de bem aproveitar a enorme geração de talentos que existe no RS nesta área da produção cultural.

- Apoiar e promover projetos culturais que tenham uma função educativa no sentido de qualificar a produção cultural, permitindo que alcancem níveis mais elevados e sejam reconhecidos nacional e internacionalmente.

- formular políticas culturais para macro-regiões do Estado centradas em alguns centros urbanos importantes, que possam exercer um papel catalizador para as atividades culturais de localidades menores em seu entorno;

- promover cursos de formação técnica especializada que estimulem a profissionalização das atividades de indivíduos, grupos e associações, tanto públicas como privadas. Essa profissionalização, traduzida em atividades mais qualificadas, é indispensável para a geração continuada de empregos no setor;

- estimular projetos culturais em diferentes regiões do estado que possam gradativamente adquirir estabilidade financeira, tornando-os o mais possível independentes do patrocínio público continuado;

- promover cursos de treinamento em novas tecnologias com crescente aplicação em projetos das diferentes áreas da cultura;

- apoiar projetos culturais integrados com os programas e políticas nas áreas da educação e do turismo;

- organizar calendários semestrais das atividades para cada setor da cultura, articulando iniciativas públicas e projetos privados, evitando a competição pelos mesmos públicos e pelos mesmos recursos;

- Implantar uma Rede Estadual de Cultura, que divulgue e faça circular informações sobre as atividades das instituições e grupos culturais de todo Estado, públicos e privados. E, ao mesmo tempo, estimule intercâmbios e projetos em parceria entre grupos e instituições de todo Estado;

- Redefinição e ajustamento da estrutura e das finalidades dos diferentes órgãos da Secretaria da Cultura, com base no diagnóstico da situação da atividade cultural no Estado e nos objetivos e prioridades definidos no Plano Estadual de Cultura;